

TURISMO RURAL EM PORTUGAL NO CONTEXTO DE INCERTEZA DECORRENTE DA COVID-19

*Rural Tourism in Portugal in the context of
uncertainty arising from COVID-19*

SUSANA SILVA

susana.silva@uc.pt

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do
Território, Faculdade de Letras*

PAULO CARVALHO

paulo.carvalho@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do
Território, Faculdade de Letras*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5853-9349>

<https://orcid.org/0000-0002-6920-869X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-8_8

Texto recebido em / Text submitted on: 17/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 24/10/2022

Biblos. Número 8, 2022 • 3.^a Série

pp. 169-194

RESUMO.

Este artigo associa o conceito de incerteza aos territórios rurais, ao turismo e à situação pandémica atual, e tem como objetivo principal refletir sobre o desenvolvimento do turismo rural em Portugal num contexto de incerteza, marcado pela COVID-19, sob uma perspetiva evolutiva no tempo e espaço, com base em literatura da especialidade, estatísticas oficiais e inquéritos por questionário. Em particular, pretende-se demonstrar que a incerteza é uma condição intrínseca do meio rural e da própria atividade turística, com a qual têm convivido, mas que se agudiza no contexto particular da crise pandémica que, não obstante o forte impacte territorial e sectorial, tem proporcionado um conjunto de desafios e oportunidades estimulados, justamente, por essa incerteza subjacente.

Palavras-chave: Mundo Rural; Turismo Rural; Incerteza; COVID-19; Portugal.

ABSTRACT.

This article links the concept of uncertainty to rural territories, tourism and the current pandemic situation. Its main objective is to reflect on the development of rural tourism in Portugal in the context of uncertainty, marked by COVID-19, doing so from an evolutionary perspective in time and space, based on specialized literature, official statistics and questionnaire surveys. In particular, it is intended to show that uncertainty is an intrinsic condition of the rural environment and of tourism itself, with which they have coexisted, but which is exacerbated in the particular context of the pandemic crisis. Despite the strong territorial and sectoral impact, this crisis has provided a range of challenges and opportunities stimulated, precisely, by this underlying uncertainty.

Keywords: Rural World; Rural Tourism; Uncertainty; COVID-19; Portugal.

INTRODUÇÃO

Neste ponto introdutório, recupera-se, justificadamente pela atualidade e pertinência nesta discussão, o título do livro de John Kenneth Galbraith, de 1977, *A era da incerteza*, no qual o autor analisa e compara as grandes certezas do pensamento económico do século XIX com as incertezas emergentes do século XX, materializadas numa mudança progressiva de paradigma na ciência. Mas, o processo de mudança acelerou-se de forma vertiginosa e, neste século XXI, mais do que nunca, a incerteza domina pensamentos, atos, ações, atividades e suscita dúvidas, medos, inseguranças e incoerências.

A incerteza é indissociável da existência humana, que lhe dá espaço e palco (Nowotny, 2016), e transversal aos mais diversos domínios dessa existência, tangíveis e intangíveis – do político ao económico, do social ao cultural, passando pelo natural, ou do físico ao psicológico. Condição que a coloca, na perspetiva de Nowotny (2016), em constante evolução. Realidade e condição vivida por todos (Bauman, 2007), a incerteza é, antes de mais, sobre desconhecimento (Keynes, 1936, citado em Andrade, 2011; Beghetto; Jaeger, 2022). Uma ausência (ou limitação) de conhecimento/informação no presente com relação ao futuro multiforme e indeterminado (Keynes, 1937a, citado em Andrade, 2011), frágil e fragmentado, plural e contraditório (Nowotny, 2016), e que impede a mensurabilidade, característica associada, por exemplo, ao conceito de risco (Knight, 1921, citado em Andrade, 2011).

Ainda que a convivência com o estado de incerteza seja incontornável, não é uma condição na qual se queira permanecer durante muito tempo, sendo diversas vezes concetualizado e experienciado como algo que deve ser evitado ou resolvido de imediato (Beghetto; Jaeger, 2022). Nesta perspetiva, Nowotny (2016) aponta a incerteza como um poderoso incentivo na busca de (mais) conhecimento, assim como uma componente inerente à pesquisa científica. A este propósito, a mesma autora (Nowotny, 2016: 16, 17) adjetiva a incerteza como astuta, afirmando que “The cunning of uncertainty is a subversive force of reasoning and action” e acrescentando que “It appears at unexpected moments. Its logic shuns the direct line. It indulges in taking the oblique route and occasionally unexpected shortcuts”. Ao reconhecer a astúcia da incerteza a sua condição ameaçadora recua e transforma-se em

oportunidade. Nesta linha, Beghetto e Jaeger (2022) assumem que é nas situações de incerteza que a criatividade é estimulada, permitindo, assim, que aquela desempenhe um papel catalisador na expressão criativa, na aprendizagem e no desenvolvimento, pelo que o leque de possibilidades oferecidas deve ser aproveitado em vez de se tentar recuperar o controle e a certeza.

A COVID-19 veio agudizar, acrescentar e colocar num outro patamar este estádio de permanente incerteza. Com efeito, no final de 2019, Wuhan, na China, tornou-se o epicentro de um surto de pneumonia altamente contagiosa e mortal (Huang; et al., 2020) que rapidamente se disseminou pela quase totalidade dos países nos primeiros meses de 2020 (Gössling; Scott; Hall, 2020). A mobilidade das pessoas, em particular a ligada ao turismo, atuou como vetor da disseminação mundial da doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (Iaquinto, 2020), tendo sido declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde, atendendo aos seus efeitos globais.

Neste cenário, as incertezas intensificaram-se e multiplicaram-se, tanto ao nível do cidadão comum como dos decisores políticos, no campo laboral, familiar, económico, educacional, ou lúdico e turístico.

O risco (incertezas conhecidas) e a incerteza (incertezas desconhecidas) (Knight, 1921 citado em Andrade, 2011) são inerentes à atividade turística, desde a escala individual à nacional, passando pelo grupo ou pelos destinos (Williams; Baláz, 2015), e desde dimensões de natureza política, económica ou sanitária (Ghosh, 2019; Gössling; et al., 2020). Os episódios do passado, mormente os ataques terroristas (11 de setembro de 2001 nos EUA, em França em 2014 e 2015, em Londres em 2017), outros surtos epidémicos (2003, 2015) ou ainda a crise económica de 2008/2009 (Ghosh, 2019; Gössling; et al., 2020; Sigala, 2020) mostram de forma categórica a fragilidade e vulnerabilidade do setor turístico face a situações de crise e incerteza. Foi, por isso, um dos primeiros e mais severamente atingidos pela pandemia COVID-19, registando-se impactes imediatos da escala local à global, em função das restrições à mobilidade e encerramento de fronteiras, resultando numa quebra massiva na procura internacional em todas as regiões do globo (UNWTO, 2020a). Os territórios, urbanos ou rurais, se bem que as urbes tenham sido o epicentro da rutura com a norma vigente, até 2019, os espaços locais e as

atividades económicas, sociais, culturais e de lazer esvaziaram-se de residentes, de turistas, da vivência quotidiana e das práticas de lazer. Em alguns casos verificou-se o completo desaparecimento de mobilidades, de socialização e de atividades económicas, com lazeres e turismo incluídos. Em pouco tempo passou-se de uma situação de sobrecarga de turistas, mesmo *overtourism* (um dos grandes problemas de sustentabilidade no turismo em discussão antes da crise pandémica) para o *non-tourism* (Gössling; et al., 2020). As diversas atrações, os serviços e atividades de lazer e turismo encerraram, os eventos foram cancelados ou adiados, assim como as viagens/voos o foram de forma massiva (Ioannides; Gyimóthy, 2020). Todos os elementos do sistema turístico sofreram perdas importantes (Gössling; et al., 2020). Sigala (2020) detalha os impactes nos três grandes grupos de *stakeholders*: i) a procura turística; ii) a oferta/operadores turísticos; e iii) as organizações gestoras dos destinos e os formuladores de políticas, durante as três fases da COVID-19 (resposta, recuperação e recomeço). Subvalorizados num primeiro momento, o imediatismo, a velocidade e a escala de alcance, geográfica e sectorial, posicionam estes impactes num nível mais destrutivo do que os associados às crises precedentes, o que, na perspetiva de Škare, Soriano e Porada-Rochoń (2021), presumiria uma recuperação mais demorada, e por inerência, um grau de incerteza mais vincado e permanente.

Não obstante a vulnerabilidade inerente à atividade, na verdade, o turismo, pela sua natureza sistémica (Moreira, 2013), apresenta uma incomparável capacidade de resiliência, adaptando-se e reajustando-se às alterações do meio (Butler, 2017; Hall; Prayag; Amore, 2017). No contexto da COVID-19 não foi diferente e oportunidades emergiram em função dos comportamentos motivados pela pandemia.

Após o primeiro confinamento de 2020, com o período tradicional de férias prestes a começar e a incerteza instalada relativamente a onde e como estas se iriam realizar, as perspetivas iniciais já indicavam que a solução para a retoma da atividade turística estaria centrada no turismo doméstico (UNWTO, 2020b), assumido como ferramenta para reduzir o impacte nas economias nacionais e para reforçar centros regionais e economias rurais (Hall; Scott; Gössling, 2020). Face ao contexto e às restrições, esperava-se uma mudança

nas prioridades dos turistas. Os lugares menos densamente povoados, onde os relacionamentos são baixos e a distância social é alta (Şengel, 2021), assim como as atividades ao ar livre, tornaram-se mais apetecíveis, prevendo-se uma tendência de procura por destinos menos lotados, menos massificados, sub-explorados em termos turísticos e, por isso, menos populares (Almeida; Silva, 2020; Chebli; Ben Said, 2020), por locais mais remotos, rurais, áreas naturais e montanhosas (OCDE, 2020; Seraphin; Dosquet, 2020), que oferecessem maiores garantias de segurança (Zhu; Deng, 2020). Lugares onde se pudesse usufruir de experiências únicas e onde a qualidade se sobrepusesse à quantidade (Almeida; Silva, 2020). Da mesma forma, perante imposições de distanciamento físico, previa-se que as dinâmicas de consumo passassem a ser marcadas pela diminuição do contacto humano e pela preferência/interesse por opções mais autónomas e de autogestão (Tomassini; Cavagnaro, 2020), em liberdade e em comunhão com a natureza, como o caravanismo, aluguer de casas ou *bungalows* em parques de campismo, tendas de campismo, *glamping*, ciclismo, *trekking*, caminhadas, fotografia, visita a monumentos naturais, desportos aquáticos (Remoaldo, 2020; Vaishar; Štátná, 2020). Tendências vocacionadas para fazer emergir o local como o novo centro da ação e poder turístico numa apologia pela proximidade como diretriz das viagens turísticas (Remoaldo, 2020; Tomassini; Cavagnaro, 2020), gerando um novo cenário de distribuição de produtos e serviços (Ortiz, 2020).

É no âmbito deste quadro que a presente reflexão se justifica e na qual se analisará o desempenho do turismo rural em Portugal durante a pandemia, evento que agravou e complexificou a condição de incerteza inerente tanto ao mundo rural como à atividade turística.

MUNDO RURAL: TRANSFORMAÇÃO, INCERTEZA, RESILIÊNCIA E A RELEVÂNCIA DO TURISMO

A industrialização, a urbanização, a terciarização ou a globalização constituíram acontecimentos disruptivos que deixaram diversas marcas negativas no meio rural, sobretudo nas áreas periféricas/baixa densidade, em especial a partir da segunda metade do século XX, e que se agudizam neste início

de milénio, o que explica a relevância das políticas públicas, através de novas perspetivas de desenvolvimento, com base em instrumentos de base territorial e modelos de governança participados e inclusivos, para induzir ou desencadear iniciativas de reestruturação e revitalização do mundo rural em diversos contextos geográficos (Woods, 2007; Holloway; Kneafsey, 2017; UN DESA, 2021).

No caso de Portugal, o abandono e a perda de competitividade da atividade agrícola e/ou silvícola ou o contínuo êxodo rural que alimenta o despovoamento e o envelhecimento demográfico têm contribuído para a redução de equipamentos e serviços básicos às populações, assim como têm comprometido a atração de investimento que assegure condições à fixação de população e uso da terra (Carvalho, 2018). Baptista (2001: 57) lembrava exatamente no alvor do século XXI que “nalguns casos já se atingiram mesmo limiares de população que erosionam qualquer capacidade endógena de o rural intervir nos domínios económicos e sociais, ou seja, é apenas objeto e não sujeito no quadro de oportunidades eventualmente geradas pelas políticas e pelo mercado”. Ainda que seja necessário referir que o contrário também acontece, embora numa proporção mais diminuta, seja por iniciativa própria ou mediante incentivos, o despovoamento e o abandono têm imprimido um aspeto fantasmagórico a vastos territórios do interior rural português, não obstante algumas iniciativas, meritórias, é certo, apesar de muitas não pasarem de meros paliativos a um problema estrutural que tem dificultado a intervenção das políticas rurais. De acordo com os últimos dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2021a), verificou-se uma redução da população residente, quer em áreas predominante rurais (12,37% do total), quer em áreas moderadamente urbanas (14,25% do total), face a 2011; em sentido inverso, a população residente em áreas predominantemente urbanas registou um acréscimo em relação a 2011. Contudo, importa mencionar que os solos rurais, designadamente a ocupação agrícola, florestal e agroflorestal, correspondem a 92% do território nacional – onde a agricultura, com 26%, é a segunda classe (apenas superada por floresta e matos, com 51%), com maior expressividade na ocupação e uso –, conforme a última Carta de Uso e Ocupação do Solo em Portugal Continental (DGT, 2021).

Na atual fase pós-produtivista, a concepção de desenvolvimento rural baseia-se na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura/silvicultura e dos territórios rurais que se apresentam heterogêneos e complexos. Essa diversificação de usos e funções significa que as relações com o urbano são cada vez mais relevantes (Cavaco, 2009; Carvalho, 2018; Koster; Carson, 2019), porque são os visitantes urbanos os principais consumidores das áreas rurais percebidas como naturais, autênticas, genuínas e idílicas (Eusébio; et al., 2017). A valorização da dimensão ambiental e patrimonial foi essencial na prefiguração de novos caminhos de desenvolvimento (Carvalho, 2013). O turismo começa a ganhar relevância nas propostas de desenvolvimento desenhadas sob o novo paradigma de desenvolvimento endógeno, com o intuito de contribuir para a mitigação da crise que tem afetado grande parte das áreas rurais (Sharpley, 2003; Eusébio; Figueiredo, 2014; Ciolac; et al., 2019), através de diversas políticas, programas e intervenções para as quais é importante assinalar o volume de investimento oriundo sobretudo da União Europeia que favoreceu a entrada no mercado de uma ampla e heterogênea oferta.

As novas tendências da procura turística, os novos valores de consumo associados aos territórios rurais, as redes colaborativas – como, por exemplo, as Aldeias do Xisto, as Aldeias Históricas ou as Aldeias Vinhateiras em Portugal –, contribuíram para que estes se tornassem em destinos turísticos populares, e o turismo é reconhecido como um agente dinamizador da mudança, um instrumento de diversificação, revitalização e rentabilização das economias rurais contribuindo para o seu desenvolvimento (Anthopoulou; Melissourgou, 2013; Kastenzholz; Figueiredo, 2015; Natário; et al., 2019). Acresce que se trata de um segmento altamente prospetivo uma vez que cada vez mais pessoas procuram paisagens naturais, tradições e experiências autênticas num ambiente rural tranquilo e pacífico (Lane; Kastenzholz, 2015; Liu; et al. 2020; An; Alarcón, 2020). Assiste-se à progressiva mercantilização do rural baseado nos positivos e idílicos imaginários de ruralidade em que os consumos relacionados com o turismo possuem um papel primordial, estruturando-se uma oferta composta por um conjunto de produtos turísticos alicerçados nos recursos naturais e culturais do mundo rural (Kastenzholz;

Figueiredo, 2015; Eusébio; et al., 2017). O Turismo em Espaço Rural (TER), encarado como elemento-chave na redinamização e valorização do rural, passa a constituir uma referência deste meio e uma oferta alternativa importante e valorizada pelo turista.

É neste quadro que o rural apresenta uma dinâmica turística assinalável, figurando nas escolhas dos mercados nacional e estrangeiro como destino turístico. De acordo com Silva e Carvalho (2021a), entre 1990 e 2019 o número de empreendimentos de TER cresceu mais de 600%, estando a operar neste ano cerca de 1,7 mil estabelecimentos (+30% face ao ano anterior), a capacidade em termos de camas ultrapassou os 1300% e as dormidas passaram de cerca de 61 mil para quase 2 milhões. Dados do INE (2017: 36) demonstram que, “Entre 2013 e 2016, o ritmo de crescimento da capacidade de alojamento turístico em áreas predominantemente rurais foi cerca de três vezes superior ao verificado em áreas predominantemente urbanas”, o que justifica o facto de se registar mais de 70% dos estabelecimentos de TER, camas, hóspedes, dormidas e proveitos totais em territórios pouco povoados. No ano anterior à pandemia o TER já representava cerca de 25% do total de estabelecimentos de alojamento turístico do país (INE, 2021b).

Porém, o turismo rural apresenta frequentemente resultados insuficientes em termos de benefícios socioeconómicos e criação de empregos e, não raras vezes, pode contribuir para agravar as hierarquias, os problemas e as desigualdades locais (Dashper, 2015; Eusébio; et al., 2017). O fluxo de turistas nestas áreas permanece reduzido, quando comparado com os destinos de sol e praia, e urbanos; é predominantemente doméstico; as unidades TER são, na sua maioria, unidades de pequena dimensão (em 2019 a média era de 16 camas por estabelecimento); correspondem a negócios familiares em empreendimentos próprios que absorvem muito pouca mão de obra externa (INE, 2021b; Lane; Kastenholtz, 2015); e apresentam taxas de ocupação-cama, receita por quarto (RevPAR) e tempo de permanência nas acomodações muito baixos, quando comparados com a hotelaria, por exemplo, o que revela uma representatividade residual em termos de hóspedes, dormidas e proveitos totais no conjunto do universo de alojamentos turísticos (INE, 2021b; Silva; Carvalho, 2021a). De igual modo, a perda e o envelhecimento da população

prosseguiram. A título de exemplo, note-se que as sub-regiões continentais com maior número de estabelecimentos de TER em 2019 – Alto Minho (9,7%), Beiras e Serra da Estrela (6,9%), Douro (6,2%), Algarve (6,1%) e Alentejo Litoral (5,7%) (INE, 2021b) – registam, neste ano, perdas de população entre os 5,6% (Alto Minho) e os 9,3% (Beiras e Serra da Estrela), em relação a 2011, assim como índices de envelhecimento bastante superiores a 200 idosos por cada 100 jovens. A sub-região das Beiras e Serra da Estrela regista mesmo o segundo maior decréscimo populacional ao nível sub-regional neste período e um índice de envelhecimento de quase 300 idosos por cada 100 jovens (INE, 2021c).

Acrescenta-se que, embora o turismo constitua uma alternativa de rentabilização dos recursos dos territórios rurais, a ocorrência de episódios de catástrofe, como é o caso dos incêndios, pode comprometer essa estratégia e originar um declínio decorrente da alteração da imagem do destino (Paiva; Santos, 2020). Para além das perdas materiais e pessoais, os incêndios comprometem durante muito tempo os principais atrativos dos espaços rurais ao destruírem a paisagem e degradarem o património, natural e cultural, que estrutura a oferta, incorrendo numa subsequente perda de qualidade, atratividade e competitividade (Paiva; Santos, 2020). De igual modo, contribuem para a desorganização da vida social, para a perturbação das heranças e identidades das populações locais (Simões; Nogueira; Moreno, 2018). Este tipo de catástrofe vem apontando para a capacidade de resiliência dos espaços e populações rurais (Butler, 2017), em particular ao nível dos resultados positivos dos indicadores turísticos, em termos quantitativos e qualitativos (Paiva; Santos, 2020). Mas esta capacidade de resiliência pode e deve ser aumentada através de ações de planeamento preventivo e de intervenções coordenadas e integradas das autoridades locais, regionais e nacionais com operadores turísticos (Pereira; Simões; Proença, 2018).

A crise da COVID-19 também trouxe fortes implicações no mundo rural e no TER. Não obstante os já referidos problemas sistémicos e crónicos do meio rural, este foi valorizado e (re)descoberto no contexto da pandemia, cuja regra basilar da não propagação recaía precisamente no isolamento e no distanciamento físico e social, embora, não raras vezes, contribuindo para o

agravamento do risco de propagação da doença e da vulnerabilidade destas populações e serviços. Numa primeira fase, o campo foi o destino escolhido, tanto por residentes nacionais como por numerosos emigrantes, para cumprir o confinamento decretado e os pressupostos de isolamento social. Num segundo momento, o rural assume-se como um destino turístico importante do mercado doméstico, desaconselhado a viajar para o estrangeiro. E, em paralelo, tem-se assistido a um aumento do interesse por locais rurais e no interior para quem está em regime de teletrabalho, mas também para fixar raízes de forma mais definitiva, como demonstra a procura por imóveis e terrenos rústicos e urbanos.

VALORIZAÇÃO RURAL DURANTE A PANDEMIA E O CONTRIBUTO DO TURISMO

A dimensão da redescoberta do mundo rural adquire uma abrangência alargada, que não se esgota na contribuição dada pelo turismo, mas a que se dará particular atenção neste ponto. A pandemia e o grau de incerteza associado teve repercussões no comportamento dos indivíduos. Logo numa fase inicial, as características da COVID-19, a incerteza na evolução da mesma e das medidas de contenção de contágio, originaram um “retorno à terra”, a casa de avós, de família ou à residência secundária, assumida como a solução imediata mais eficaz para o cumprimento das regras e, de alguma forma, evitar a doença. Embora não hajam estatísticas concretas que possam elucidar de forma fidedigna sobre a dimensão deste “fenómeno”, quem reside nestes meios notou esta movimentação anormal para a época, sobretudo de emigrantes. Rodrigues (2020a) chamou-lhe “A romaria inesperada”. De acordo com o autor, mesmo com o estado de emergência decretado e a vigilância das fronteiras reforçada, milhares de emigrantes portugueses do centro da Europa viajaram para as aldeias do interior de Portugal.

A flexibilidade e liberdade permitida pelo regime de teletrabalho, entretanto adotado, permitiu uma maior flexibilidade e liberdade ao trabalhador sobre o local a partir do qual realiza as suas funções. Será neste contexto que nómadas digitais e outras pessoas em teletrabalho têm procurado áreas

com menores densidades populacionais e funcionais, tendencialmente rurais que ofereçam um estilo de vida tranquilo no meio da natureza. O programa “Emprego Interior MAIS” e ainda a rede de espaços de teletrabalho ou *Coworking* para o interior do país menos povoado (GRP, 2021) constituem iniciativas que têm surgido, precisamente, da possibilidade de maior distribuição espacial do trabalho.

Concomitantemente, mais do que uma escolha temporária, o rural tem-se perfilado como uma opção de vida mais categórica num horizonte de longo prazo. Mendes (2021), em entrevista, assegura que a pandemia fez aumentar a procura por casas com terreno ou jardim, em particular no interior do país, tendo duplicado o interesse por terrenos rústicos, sobretudo nos últimos seis meses de 2020. De acordo com um estudo do Idealista (2021), registou-se um aumento da procura por terrenos, tanto urbanos para construção de casa, como rústicos para cultivos ou até mesmo edificação, duplicando em grande parte dos distritos nacionais.

A COVID-19, em particular as medidas para controlar a sua propagação, mormente as restrições à mobilidade internacional, causaram grande incerteza entre os turistas, provocando alterações nas intenções e opções de viagens e nos destinos, assim como na forma de usufruir o tempo de lazer, tendo contribuído, de igual modo, para a reorientação do turismo, cuja reativação se centrou no turismo doméstico (Chebli; Ben Said, 2020; Gössling; et al., 2020; Hall; et al. 2020). Neste âmbito, importa destacar as várias campanhas e incentivos realizados a nível nacional para estimular a procura doméstica (Santos; Moreira, 2021).

Em linha com o que havia sido previsto (Almeida; Silva, 2020), a crise pandémica e a decorrente necessidade de experiências ao ar livre têm, assim, estimulado a redescoberta do meio rural e concomitantemente despertado e/ou reforçado o interesse pelo turismo em áreas rurais, montanhosas e de cariz mais natural (Marques; Guedes; Bento, 2021; Silva; Carvalho, 2021a). Os territórios rurais assumem-se como destinos turísticos importantes em contexto pandémico, principalmente do mercado doméstico.

Silva (2021) faz uma leitura linear do impacte, incontornavelmente negativo, da pandemia nos negócios de turismo em espaço rural (TER) em

Portugal. É reconhecido que se registaram quebras. Apesar de iniciar 2020 com ganhos expressivos em termos de procura, no total do ano o TER registou uma quebra de hóspedes, dormidas e receitas totais face a 2019 (INE, 2021b; Silva; Carvalho, 2021a). Factos que contrariam a realidade demonstrada por outros autores (Seraphin; Dosquet, 2020; Vaishar; Štastná, 2020; Zhu; Deng, 2020; Li; et al., 2021) que assinalaram o aumento da procura de turismo rural, em contexto COVID-19, sobretudo após a primeira vaga. Porém, esta leitura linear dos números relativiza-se quando são considerados outros elementos de análise numa perspetiva temporal, espacial e comparativa, que conduz a um panorama mais otimista, podendo inclusive falar-se em redescoberta, recuperação e reforço do rural enquanto destino turístico, embora com ritmos e expressão desiguais no espaço e no tempo (Marques et al., 2021; Silva; Carvalho, 2021a).

Imediatamente após e durante o primeiro confinamento (entre março e maio de 2020) a quebra foi mais pronunciada, como era esperado. Em abril o decréscimo de hóspedes e dormidas superou os 90%, em relação ao mesmo mês de 2019 (Silva; Carvalho, 2021a). O alívio das restrições à mobilidade em maio permitiu a retoma do turismo, alicerçada fundamentalmente no mercado doméstico e incentivada pela campanha nacional “#TuPodes, Visita Portugal” lançada pelo Turismo de Portugal em junho (TP, 2020). Simultaneamente, eram desaconselhadas as viagens ao estrangeiro, em particular para fora da Europa, uma vez que a incerteza na evolução da pandemia poderia voltar a surpreender os turistas que corriam o risco de ficar isolados devido ao encerramento de fronteiras ou cancelamento de voos.

Logo após o início do desconfinamento, o TER, comparativamente com as outras duas modalidades de alojamento que geralmente são apresentadas pelas estatísticas – hotelaria e alojamento local –, é a modalidade que regista a recuperação mais proeminente (Silva; Carvalho, 2021a). Foi exatamente neste período que foi identificado um aumento da pesquisa sobre “turismo rural” no google, alcançando o pico de popularidade na segunda quinzena de maio, tendo excedido a média verificada nos quatro anos anteriores entre abril e julho (Marques; et al., 2021). Os autores reconhecem a recuperação do TER durante os meses de verão, mas esclarecem que foi uma retoma

limitada e não uniforme em termos espaciotemporais, concluindo que esta ocorreu mais cedo e de forma mais sustentada em regiões com uma oferta de alojamento TER mais intensa, como o Alto Minho, Vale do Douro e Alentejo. Porém, considerando os hóspedes e dormidas apenas dos alojamentos TER, a Região de Coimbra e de Leiria foram as únicas sub-regiões a assinalarem acréscimos de hóspedes e dormidas, tendo os primeiros aumentado também na Beira Baixa e no Alto Tâmega, em comparação com o mesmo período de 2019. A análise a nível local mostra uma retoma mais proeminente e consolidada destes indicadores nos concelhos de Setúbal, Amarante e Celorico de Basto. O leque de sub-regiões e municípios com resultados positivos alarga-se, mormente no Norte e Centro, se junho, com resultados regionais ainda negativos, não for considerado (INE, 2021d).

Acresce que é nos meses de junho e julho que se registam os maiores aumentos da representatividade do TER no total de hóspedes e dormidas, que passam a deter um peso superior a 10% em junho, e em agosto é a única modalidade que regista ganhos nos proveitos totais, face a 2019. Em julho e agosto, a variação em relação ao mês anterior, embora positiva, foi mais modesta (Silva; Carvalho, 2021a).

O estudo desenvolvido por Silva e Carvalho (2021a), baseado numa amostra de 685 turistas portugueses que realizaram férias no país entre junho e setembro, vem comprovar a tendência pela escolha de destinos de matriz rural neste período, tendo sido apurado que mais de 60% usufruiu de pelo menos um período de férias em contexto rural no verão de 2020, considerando ambientes rurais, ambientes de montanha e ambientes fluviais de interior, que se reforçaram face ao programado na pré-pandemia em cerca de 10% cada um. Foram, de igual modo, valorizados meios de alojamento (modalidades de TER e casas de familiares ou amigos) e experiências (percursos pedestres e/ou clicáveis, e património natural) de carácter mais privado, que de alguma forma permitissem um maior isolamento, afastamento de grandes concentrações e comunhão com a natureza, assim como maior liberdade e autonomia. De acordo com os operadores turísticos (Silva; Carvalho, 2021b), a pandemia levou a mudanças nos destinos dos turistas portugueses, tornando o campo o destino mais popular, já que na época estival se registou um aumento de

turistas, especialmente provenientes do mercado nacional, da mesma forma que asseguram que o meio rural se tornou mais atraente no contexto da pandemia porque se adaptou aos requisitos de segurança. Esta foi, de resto, a principal razão da escolha avançada pelos turistas inquiridos, reforçada pelo facto de serem territórios de baixa densidade populacional e, portanto, percecionados como locais em que há um menor risco de transmissão do vírus, reunindo também a concordância dos operadores (Silva; Carvalho, 2021a, b).

Findo o período tradicional de férias, o TER continuou a perder nos meses seguintes, mas em menor proporção que as outras duas modalidades. Com as viagens entre municípios permitidas na época do Natal, o turismo rural voltou a ter um aumento maior no número de hóspedes em relação ao mês anterior, em comparação com a hotelaria e o alojamento local (INE, 2021b).

Avaliando o ano de 2020, conclui-se que, apesar das perdas, o TER foi a categoria de alojamento que registou a menor quebra da procura e de proveitos totais face a 2019 e uma aproximação mais rápida dos valores “normais”, em relação aos hotéis e alojamento local. Na evolução mensal da procura em comparação com o ano anterior, as quebras de hóspedes e dormidas foram, na quase totalidade dos meses, inferiores às registadas nos outros dois tipos de alojamento, tendo ainda reforçado a sua representatividade sobre o total de hóspedes e dormidas em cerca de dois pontos percentuais. O TER demonstrou uma capacidade de retoma superior às restantes modalidades de alojamento turístico, em particular nos períodos imediatamente após o início do desconfiamento, determinada sobretudo pelo aumento da procura doméstica, embora esta recuperação seja limitada e desigual no tempo e no território nacional. A evolução dos resultados reforça a ideia de que o impacte ou as alterações provocadas pela pandemia no turismo são irregulares no tempo e no espaço, tal como vaticinaram Hall; et al. (2020). As perdas foram extensíveis a todas as regiões e sub-regiões portuguesas, embora com diferentes níveis de expressividade. Porém, à escala local, identificaram-se territórios, localizados tanto no interior raiano, no interior montanhoso como no litoral, que registaram resultados positivos no âmbito da procura (INE, 2021d).

No segundo ano de pandemia, os dados provisórios dos sete primeiros meses de 2021 indicam menos 30% dos hóspedes registados em igual

período de 2019, porém, já se verifica um ganho de mais de 1/3 de clientes comparativamente a 2020. Na mesma linha evolutiva do ano anterior, o TER volta a reativar-se de forma mais expressiva em abril e maio (INE, 2021b), na sequência de novo desconfinamento, confirmando-se que o “turismo rural” voltou a estar em evidência nas pesquisas no google no final de maio e início de junho e no final de junho, início de julho (Google Trends, 2021). Este mês representa uma viragem na tendência de quebra generalizada da procura TER desde que a pandemia se instalou, revelando um crescimento positivo de cerca de 4% em relação a 2019.

No campo da oferta, os estabelecimentos de alojamento turístico TER sofreram um decréscimo de cerca de 1/5 face a 2019 (INE, 2021b). Em simultâneo, também se registou uma dinâmica empreendedora importante ao nível dos registos de empreendimentos TER e de agentes de animação turística com atividade de turismo de natureza (TP, 2021). Em plena crise, surgem novos negócios que privilegiam o contacto com a natureza, a individualidade e a privacidade, como o caso do *glamping*, e verificou-se um reforço da presença e promoção online da oferta e da digitalização do comércio e eventos de cariz rural essenciais para as economias locais.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO TER NUM CONTEXTO DE INCERTEZA

A imprevisibilidade/volatilidade do comportamento e evolução da pandemia, o surgimento de variantes mais contagiosas, a ocorrência de novas vagas justificou medidas e tomadas de posição dia a dia ou semana a semana, tornando por diversas vezes as decisões de hoje obsoletas no(s) dia(s) seguinte(s). Tal situação repercutiu-se, invariavelmente, no comportamento e opções dos turistas, no planeamento e desempenho do turismo, em particular no TER que, neste contexto, foi sustentado essencialmente pelo mercado doméstico.

A partir do final de maio de 2021, a variante *Delta* do vírus causou uma subida de novos casos de infeção que atingiu valores preocupantes durante junho e julho (DGS, 2021). O agravamento da situação epidemiológica em todo o território nacional determinou a implementação de medidas adicionais

e obrigou a travar o processo de desconfinamento (Duarte et al., 2022). Esta situação motivou a integração de Portugal na lista vermelha de países como o Reino Unido ou a Alemanha (quarto e primeiro mercado internacional da procura TER, respetivamente), resultando num regresso antecipado e cancelamento generalizado de reservas de férias. Em sentido contrário, no final de junho, o Reino Unido fez uma discriminação positiva em relação à Região Autónoma da Madeira ao integrá-la na lista verde, o que provocou um aumento imediato das reservas para julho e agosto. Menos de uma semana depois, no início de julho, a Alemanha volta a colocar Portugal na lista verde, tendo o Reino Unido levantado restrições a vacinados logo a seguir (RTP Notícias, 2021). Nesta altura, a grande incidência de novos casos na Região de Lisboa e Vale do Tejo determinou a proibição de entrar e sair da Área Metropolitana durante o fim de semana (salvo exceções devidamente acauteladas). Esta situação teve impactes negativos em determinadas regiões, e em particular no TER que vive sobretudo das pequenas estadas de fim de semana ou feriados (média de 2,1 noites em 2019), muito associadas aos *urbanitas*, e que esperava que o mercado interno minimizasse a falta e/ou redução do mercado internacional. O bom ritmo da vacinação e a aprovação do Certificado Digital COVID levou à supressão desta medida fazendo surgir em simultâneo a obrigatoriedade de apresentação pelos clientes, no momento do *check-in*, do referido documento ou um teste negativo. Esta prática constituiu mais um entrave à atividade turística, pois nem todos os elementos das famílias, sobretudo os mais jovens, tinham sido vacinados.

Com a visitação turística em pleno início da época alta, os operadores de TER, para além do decréscimo significativo de turistas internacionais num primeiro momento, viram-se também confrontados com limitações recorrentes ao nível do mercado doméstico e imposições decretadas em cima da hora. Estes avanços e recuos motivaram episódios de cancelamentos ou *bookings* repentinos e em massa, criando um efeito *yô-yô*, o que dificultou o planeamento da atividade logo a montante com a decisão de abertura das unidades. Para além disso, a contratação de mão de obra, a despesa com higiene e medidas de saúde e segurança, aumentou o risco da incorrência em gastos muito acrescidos com retornos abaixo do esperado, perante a possibilidade de inexistência de reservas que os justificassem.

Após mais de um ano, desde o momento do primeiro contágio confirmado em Portugal (em 2 de março de 2020), e no momento da redação deste artigo, a atividade turística continuava a ser duramente atingida pelas medidas de contenção da pandemia, sofrendo quebras em todos os indicadores (Santos; Moreira, 2021), pelo que, nesta altura, a incerteza permanecia como a única certeza possível. Relewa-se como nota o facto de, em 2022, se constatar uma retoma dos valores da atividade turística, ultrapassando nos primeiros oito meses do ano os registados em igual período de 2019, com destaque claro para o TER em relação às restantes modalidades de alojamento turístico (TP, 2022).

Todavia, os momentos de crise são também janelas de oportunidade. Parece ser consensual que esta pandemia tem representado não só um desafio pelo alcance dos impactes nos mais diversos setores e escalas e pela imprevisibilidade da sua evolução, mas também pela oportunidade transformadora que configura para a redefinição da trajetória de crescimento do turismo mais consentânea com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do turismo sustentável (Gössling; et al., 2020; Ioannides; Gyimóthy, 2020; Sigala, 2020; UNWTO, 2021), para a sua modernização no sentido da transição ecológica e digitalização desenvolvendo o conceito de “destino seguro e inteligente”, e para a transição do turismo em massa para outras formas de turismo alternativo, cultural e sustentável (PE, 2020). O objetivo do setor é tornar-se mais forte, equilibrado, acessível, responsável e resiliente após a crise da COVID-19 (PE, 2020; UNWTO, 2021).

Neste contexto, Almeida e Silva (2020), identificaram quatro clusters de oportunidades para Portugal: i) a perceção do país como um destino seguro; ii) a procura por lugares com uma oferta menos massificada que combina as componentes social e ambiental da sustentabilidade; iii) a grande atratividade do país para a população mais idosa; e iv) a aceleração da digitalização das operações turísticas.

As disrupções causadas pela COVID-19 ditaram um afastamento dos locais massificados e sobrelotados e originaram um declínio das práticas de turismo convencionais (Santos; Moreira, 2021). Neste contexto profetizavam-se oportunidades para as atividades de nicho emergentes, para as

regiões fora dos grandes *hotspots* turísticos, menos atrativas e mais escassamente povoadas, aumentarem sua competitividade como destinos turísticos (Ioannides; Gyimóthy, 2020). Para isso, era mandatório que estes destinos se transformassem em lugares criativos e inovadores, aproveitando as paisagens identitárias, promovendo novos produtos e experiências direcionados para as características e circunstâncias da atual procura (Remoaldo, 2020). Neste quadro, sobre o turismo rural foram pendendo muitos vaticínios sobre as “oportunidades” de mercado e as “amplas perspectivas de crescimento” que, segundo Ortiz (2020), podem ficar pelo caminho ou criar expectativas que depois não são concretizadas se a atividade não for planeada.

Concretamente, durante este período evidencia-se o esforço de adaptação, de reinvenção, de novas abordagens e de ação, não só dos agentes de turismo rural, mas do território rural no seu todo. Não obstante, na incerteza sobre a evolução e término da crise pandémica, o turismo rural apresenta ainda amplas perspectivas de desenvolvimento, pois na procura de segurança as pessoas tenderão a preferir áreas posicionalmente periféricas às grandes densidades e espaços abertos onde o risco de infeção é baixo. Neste sentido, é importante continuar a investir-se em ações estratégicas direcionadas ao público local/vizinho e ao mercado doméstico, aquele que no momento da crise COVID-19 alimentou o setor sem, no entanto, vilipendiar o mercado internacional que tende a regressar, com particular atenção à franja populacional mais idosa. Isto acontece em função do alívio ou levantamento de restrições à mobilidade que, na incerteza da manutenção do mercado doméstico, num futuro próximo, terá grande importância na dinâmica deste segmento, coadjuvando, mais e melhor, a oferta em territórios de primeira linha, em termos atrativos. Porém, na perspectiva de Rodrigues (2020b), importa definir a capacidade de carga do “território turístico”, pois para se manterem as vantagens dos novos “micro destinos”, não podem nem devem ser criadas condições para uma sobrecarga turística.

O alojamento turístico deve continuar a adaptar-se para captar o segmento dos teletrabalhadores e nómadas digitais, com repercussões num amplo conjunto de outras atividades relacionadas. Em função das alterações nos comportamentos e nos padrões de consumo, provocadas pela pandemia,

aliadas à maior presença no digital e à maior tendência de pesquisa por alternativas, o TER deverá, de igual modo, (continuar a) encontrar novas oportunidades em todas as plataformas digitais, de comunicação e geotecnologias disponíveis (*Web Mapping*, *Crowdsourcing*, Realidade Aumentada, IoT), para diversificação da promoção e atração de novas audiências. Desta forma, o rural e os seus produtos turísticos podem ter uma presença digital alinhada com as exigências do mercado, apostando-se na identidade digital dos territórios, das atrações, das marcas locais e na produção de conteúdos (Ortiz, 2020; Remoaldo, 2020).

A longo prazo, o turismo rural deverá redefinir as suas estratégias orientando-se para os novos desejos, vontades e interesses de uma sociedade em (constante) mudança. Será necessário que se definam ações e se planeie a partir de uma perspectiva disruptiva e flexível, num contexto multidisciplinar, cooperativo e integrado, que o turismo rural se ajuste às diversas possibilidades e cenários de nova(s) realidade(s), tendo a capacidade de articular problemas complexos através de visões multidisciplinares (Ortiz, 2020).

NOTAS FINAIS

Perante este cenário, a *incerteza* é a grande certeza, tornando-se um lugar-comum nas mais variadas dimensões da existência e da condição humana. Porém, constitui-se, de igual modo, como um dos maiores desafios para a governança que precisa de estar refletida nos territórios através da ciência, dos governos, das atividades públicas e privadas e da sociedade civil. Acontecimentos disruptivos amplificam essa incerteza. É o caso da pandemia COVID-19, a qual causou mudanças profundas em diversas facetas da vida, seja laboral, social, quotidiana ou lúdica e turística, tendo contribuído para agudizar e acrescentar novas incertezas.

O mundo rural é sinónimo de processos de transformação que refletem as suas fragilidades, mas, de igual modo, permitem fazer emergir as suas potencialidades. O turismo tem desempenhado um papel fulcral na trajetória de desenvolvimento destes territórios, assim como se tem posicionado como fator-chave para ultrapassar as debilidades, e aproveitar as oportunidades,

contribuindo simultaneamente para o estado de incerteza e para a sua capacidade de resiliência.

A pandemia teve, invariavelmente, repercussões nos territórios rurais. O momento disruptivo que se atravessa configura ou coincide com uma oportunidade para a (re)descoberta do mundo rural em diversas dimensões, mormente enquanto destinos turísticos. Mas a permanência e o carácter imprevisível da COVID-19 constituíram enormes desafios para o turismo rural, o que releva a necessidade de mitigação deste contexto de incerteza com medidas adequadas para que a valorização e a importância (re)adquirida do mundo rural seja permanente, se possa consolidar e afastar da justificação baseada na conjuntura, e não se esfume no pós-pandemia como cenário de incerteza associado a diminuir ou a ser ultrapassado.

É neste quadro que se justifica a pertinência de linhas de investigação, como aquelas que suportam a presente reflexão, a que se pretende dar atenção e resposta num futuro próximo, como, por exemplo: que recursos do mundo rural se constituem como atrativos durante a crise pandémica atual? Como é que o turismo rural se tem posicionado face ao contexto pandémico? Qual a extensão do impacto da COVID-19 no turismo rural? Quais os processos de adaptação, os desafios e oportunidades do turismo rural em face da incerteza inerente ao comportamento e evolução da pandemia?

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Fernando; Silva, Oscar (2020). The Impact of COVID-19 on Tourism Sustainability: Evidence from Portugal. *Advances in Hospitality and Tourism Research (AHTR)*, 8 (2), 440-446.
- An, Wookhyun; Alarcón, Silverio (2020). How Can Rural Tourism Be Sustainable? A Systematic Review. *Sustainability*, 12 (18), 7758.
- Andrade, Rogerio (2011). A construção do conceito de incerteza: uma comparação das contribuições de Knight, Keynes, Shackle e Davidson. *Nova Economia*, 21 (2), 171-195.
- Anthopoulou, Theodosia; Melissourgou, Yorgos (2013). Agri-tourism. In between rural change, tourism restructuring and environmental imperatives. In A. Holden; D. Fennell (Eds.), *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (359-370). London: Routledge.

- Baptista, Fernando de Oliveira (2001). *Agriculturas e Território*. Oeiras: Celta Editora.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beghetto, Ronald; Jaeger, Garrett (Ed.) (2022). *Uncertainty: A Catalyst for Creativity, Learning and Development*. Arizona: Springer.
- Butler, Richard W. (Ed.) (2017). *Tourism and resilience*. Wallingford: CABI Publishing.
- Carvalho, Paulo (2013). *Desenvolvimento rural: perspectivas geográficas*. Málaga: Eumed.
- (2018). Dynamics of Rural Low Density Spaces in Portugal. *Méditerranée*, 130, 1-17.
- Cavaco, Carminda (2009). Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In F. Baptista; R. Jacinto; T. Mendes (Eds.), *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempo de Mudança* (39-92). Proença-a-Nova: CMAP e CCVF.
- Chebli, Amina; Ben Said, Foued (2020). The impact of covid-19 on tourist consumption behaviour: a perspective article. *Journal of Tourism Management Research*, 7 (2), 196-207.
- Ciolac, R.; et al. (2019). Agritourism-A Sustainable Development Factor for Improving the 'Health' of Rural Settlements. Case Study Apuseni Mountains Area. *Sustainability*, 11 (5), 1467.
- Dashper, Katherine (Ed.) (2015). *Rural Tourism: An International Perspective*. Cambridge: Cambridge Scholars.
- DGS (2021). *Ponto de Situação Atual em Portugal*. Consultado a 30-06-2021, <https://covid19.min-saude.pt/ponto-de-situacao-atual-em-portugal/>
- DGT (2021). *Uso e Ocupação do Solo em Portugal Continental*. Direção Geral do Território. Consultado a 27-08-2021, https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-artigos/folheto_cos_lq.pdf
- Duarte; et al. (2022). *COVID-19 em Portugal: a estratégia*. Consultado a 10-10-2022, <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/71>
- Eusébio, Celeste; Figueiredo, Elisabete (2014). Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais. In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. J. Carneiro, J. Lima (Eds.), *Reinventar o turismo rural em Portugal – cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (51-58). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ; et al. (2017). Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 197-210.
- Ghosh, Sudeshna (2019). Uncertainty, economic growth its impact on tourism, some country experiences. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 24 (1), 83-107.
- Google Trends (2021). *Turismo rural*. Consultado a 05-07-2021, <https://trends.google.pt/trends/?geo=PT>

- GRP – Governo da República Portuguesa (2021). *Comunicação/Comunicados*. Consultado a 15-07-2021, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22>
- Gössling, Stephan; Scott, Daniel; Hall, C. Michael (2020). Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 29 (1), 1-20.
- Hall, C. Michael; Prayag, Girish; Amore, Alberto (2017). *Tourism and Resilience*. ChannelView Press.
- ; Scott, Daniel; Gössling, Stefan (2020). Pandemics, transformations and tourism: be careful what you wish for. *Tourism Geographies*, 22 (3), 577-598.
- Holloway, Lewis; Kneafsey, Moya (Ed.) (2017). *Geographies of Rural Cultures and Societies*. London: Routledge.
- Huang, Chaolin; et al. (2020). Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan. *The Lancet*, 395 (10223), 497-506.
- Iaquinto, Benjamin Lucca (2020). Tourist as vector: Viral mobilities of COVID-19. *Dialogues in Human Geography*, 10 (2), 174-177.
- Idealista (2021). *Pandemia faz disparar procura de terrenos em Portugal - dados por distrito*. Consultado a 22-06-2021, <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/construcao/2021/05/04/47156-pandemia-faz-disparar-procura-de-terrenos-em-portugal-dados-por-distrito>
- INE (2017). *Retrato Territorial de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- (2021a). *Anuários Estatísticos Regionais 2020*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- (2021b). *Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos*. Consultado a 13-09-2021, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- (2021c). *Recenseamento da população e habitação – Censos 2011*. Consultado a 29-06-2021, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- (2021d). *Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. Dados definitivos de 2019 por concelho e mês*. Instituto Nacional de Estatística (realizado pedido específico).
- Ioannides, Dimitri; Gyimóthy, Szilvia (2020). The COVID-19 crisis as an opportunity for escaping the unsustainable global tourism path. *Tourism Geographies*, 22 (3), 624-632.
- Kastenholz, Elisabeth; Figueiredo, Elisabete (2015). Rural tourism experiences. Land, sense and experience-scapes in quest of new tourist spaces and sustainable community development. *Pasos*, 12 (3), 511-514.
- Koster, Rhonda; Carson, Doris (Eds.) (2019). *Perspectives on Rural Tourism Geographies*. Springer.
- Lane, Bernard; Kastenholz, Elisabeth (2015). Rural tourism: the evolution of practice and research approaches – towards a new generation concept? *Journal of Sustainable Tourism*, 23 (8-9), 1133-1156.

- Liu, Chunyan; et al. (2020). Analyzing government role in rural tourism development: An empirical investigation from China. *Journal of Rural Studies*, 79, 177-88.
- Marques, Carlos Peixeira; Guedes, Alexandre; Bento, Ricardo (2021). Rural tourism recovery between two COVID-19 waves: the case of Portugal. *Current Issues in Tourism*, 25 (6) 857-863.
- Mendes, Luís (2021). *Reportagem Especial Sic "Ficaram as paredes"*. Consultado a 12-06-2021, <https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial>
- Moreira, Claudete Oliveira (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento. Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos*. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Natário, Manuela; et al. (2019). O impacto do turismo das Aldeias Históricas de Portugal: um quadro de análise. *Finisterra*, 54 (111), 21-36.
- Nowotny, Helga (2016). *The Cunning of Uncertainty*. Cambridge & Malden: Polity Press.
- OCDE (2020). *Tourism Policy Responses to the coronavirus (COVID-19)*. Consultado a 14-09-2020, <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/tourism-policy-responses-to-the-coronavirus-covid-19-6466aa20/>
- Ortiz, Humberto Thomé (2020). O coronavírus reescreverá o turismo rural? Reinvenção, adaptação e ação no contexto latino-americano. *Cenário*, 8 (14), 55-72.
- Paiva, Catarina; Santos, Norberto (2020). Destinos Turísticos, Crises e Catástrofes: Os Incêndios de outubro de 2017. *Cadernos de Geografia*, 42, 7-25.
- PE (2020). *Parlamento Europeu propõe apoio adicional ao setor do turismo*. Consultado a 05-07-2021, https://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/expert/2020/6/press_release/20200615IPR81232/20200615IPR81232_pt.pdf
- Pereira, Vitor; Simões, Orlando; Proença, Sara (2018). Risco e segurança em turismo rural. A perspetiva dos operadores turísticos face ao fogo. In O. Simões (Ed.), *O rural depois do fogo* (133-146). Coimbra: ESAC-IPC/ SPER.
- Remoaldo, Paula (2020). Criatividade em turismo em período de pandemia COVID-19 - a ambição e o papel do local no global. In M. Martins; E. Rodrigues (Coord.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia, III-Projeções* (255-277). Braga: Universidade do Minho.
- Rodrigues, Ricardo (2020a). Covid-19. *Os emigrantes que regressam às aldeias e os velhos que os querem abraçar*. Consultado a 07-07-2021, <http://observatorioemigracao.pt/np4/7433.html>
- Rodrigues, Jorge (2020b). O papel dos GAL (Grupos de Acção Local) no modelo de turismo pós 2020. In L. M. Figueira; L. Oosterbeek, *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: visões globais partilhadas* (108-118). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

- RTP Notícias (2021). *Notícias Economia*. Consultado a 06-07-2021, <https://www.rtp.pt/noticias/economia>
- Santos, Norberto; Moreira, Claudete Oliveira (2021). Uncertainty and expectations in Portugal's tourism activities. Impacts of COVID-19. *Research in Globalization*, 3 (100071), 1-16.
- Şengel, Ümit (2021). COVID-19 and “New Normal” Tourism: Reconstructing Tourism. *Journal of Tourism & Development*, 35, 217-226.
- Seraphin, Hugues; Dosquet, Frederic (2020). Mountain tourism and second home tourism as post COVID-19 lockdown placebo?. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 12 (4), 485-500.
- Sigala, Marianna (2020). Tourism and COVID-19: Impacts and implications for advancing and resetting industry and research. *Journal of Business Research*, 117, 312-321.
- Silva, Luís (2021). The impact of the COVID-19 pandemic on rural tourism: a case study from Portugal. *Anatolia*, 1-4.
- Simões, Orlando; Nogueira, Joana; Moreno, Luís (2018). Aprender a coexistir com o fogo [Conclusões]. In O. Simões (Ed.), *O rural depois do fogo* (259-269). Coimbra: ESAC-IPC/ SPER.
- Sharpley, Richard (2003). Rural Tourism and Sustainability. In D. Hall; L. Roberts; M. Mitchell (Eds.), *New Directions in Rural Tourism* (33-58). Hampshire: Ashgate.
- Škare, Marinko; Soriano, Domingo Riberio; Porada-Rochoń, Małgorzata (2021). Impact of COVID-19 on the travel and tourism industry. *Technological Forecasting & Social Change*, 163 (120469), 1-14.
- Silva, Susana; Carvalho, Paulo (2021a). Rediscovering the Rural as a Tourist Destination in Pandemic Times: The Case of Portugal. In M. Demir; A. Dalgic; F. Ergen (Eds.), *The Impacts and Implications of COVID-19 on the Tourism Industry* (684-702). IGI Global.
- (2021b). Impact of the COVID-19 on rural tourism in Portugal: the stakeholders' perceptions. In E. Christou; A. Fotiadis; K. Alexandris (Eds.), *TOURMAN 2021 Book of Abstracts Restarting tourism, travel and hospitality: The day after* (704-706). Thessaloniki: International Hellenic University.
- Tomassini, Lucia; Cavagnaro, Elena (2020). The novel spaces and power-geometries in tourism and hospitality after 2020 will belong to the 'local'. *Tourism Geographies*, 22 (3), 713-719.
- TP (2020). *Tu Podes, Visita Portugal*. Consultado a 13-07-2021, <https://www.turismodeportugal.pt/pt/o-que-fazemos/promover-destino-portugal/campanhas-promocao-turistica/Paginas/tu-podes-visita-portugal.aspx>
- (2021). *Registo Nacional de Turismo*. Consultado a 13-07-2021, <https://registos.turismo-deportugal.pt/>

- (2022). *Turismo em Números | agosto 2022*. Consultado a 17-10-2022, <https://travelbiturismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/turismo-em-numeros-agosto-2022/>
- UN DESA (2021). *World Social Report 2021. Reconsidering Rural Development*. Consultado a 28-08-2021, https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2021/05/World-Social-Report-2021_web_FINAL.pdf
- UNWTO (2020a). *Impact assessment of the covid-19 outbreak on international tourism*. Consultado a 29-06-2021, <https://www.unwto.org/impact-assessment-of-the-covid-19-outbreak-on-international-tourism>
- (2020b). *UNWTO Highlights Potential of Domestic Tourism to Help Drive Economic Recovery in Destinations Worldwide*. Consultado a 05-03-2021. <https://www.unwto.org/news/unwto-highlights-potential-of-domestic-tourism-to-help-drive-economic-recovery-in-destinations-worldwide>
- (2021). *Recommendations for the Transition to a Green Travel and Tourism Economy*. Madrid: UNWTO.
- Vaishar, Antonín; Štastná, Milada (2020). Impact of the COVID-19 pandemic on rural tourism in Czechia. Preliminary considerations. *Current Issues in Tourism*, 25(2), 187-191
- Williams, Allan; Baláž, Vladimír (2015). Tourism, risk and uncertainty: theoretical reflections. *Journal of Travel Research*, 54 (3), 271-287.
- Woods, Michael (2007). *Rural Geography. Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*. London: SAGE Publications.
- Zhu, Hui; Deng, Fumin (2020). How to influence rural tourism intention by risk knowledge during COVID-19 containment in China: Mediating role of risk perception and attitude. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17 (10), 3514, 1-23.